

REGULAMENTO

PRÉMIO LITERÁRIO ARNALDO FRANÇA

O Prémio Literário Arnaldo França, instituído em parceria pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM) e Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV), tem como propósito a promoção da língua portuguesa e do talento literário em Cabo Verde, bem como homenagear a destacada figura da literatura e cultura cabo-verdiana, Arnaldo França.

Com a instituição deste Prémio pretende-se selecionar trabalhos inéditos de grande qualidade, no domínio da **prosa literária**, redigidos em língua portuguesa, e da autoria de cidadãos cabo-verdianos ou residentes em Cabo Verde há mais de 5 anos.

Artigo 1.º

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda e a Imprensa Nacional de Cabo Verde organizam um concurso para a atribuição de um prémio literário - Prémio Literário Arnaldo França.

Artigo 2.º

O concurso é aberto a todos os cidadãos cabo-verdianos (a residir em Cabo Verde ou no estrangeiro) ou residentes em Cabo Verde há mais de 5 anos.

Artigo 3.º

O Prémio Literário Arnaldo França contemplará a edição da obra premiada, assim como uma componente pecuniária de 5000 € (cinco mil euros) a título de prémio.

Artigo 4.º

1. As obras concorrentes devem ser inéditas e em português.
2. As obras concorrentes devem ser assinadas com um pseudónimo do autor.
3. Não podem concorrer ao Prémio pessoas com vínculo à INCM nem com vínculo à INCV.

Artigo 5.º

1. Os candidatos deverão submeter o seu trabalho, através de candidatura online, utilizando o formulário disponível no sítio da internet da Imprensa Nacional, disponível em: <https://impresanacional.pt/premios-literarios/premio-arnaldo-franca/> [Candidaturas].
2. Serão excluídas todas as candidaturas que não sejam rececionadas de acordo com o número anterior do presente artigo.

Artigo 6.º

O período para a submissão eletrónica das candidaturas é anunciado nos sítios institucionais da INCM (www.incm.pt e impresanacional.pt) e da INCV (www.incv.cv).

Artigo 7.º

1. O trabalho, no momento de submissão da candidatura, deve estar identificado com o pseudónimo na capa. Não deve figurar em parte alguma do trabalho submetido a concurso qualquer identificação do candidato.
2. Só é permitida a submissão de trabalhos que se apresentem em ficheiros do tipo pdf, doc e docx com tamanho máximo de 10 MB.
3. O candidato deve submeter no formulário, no campo para o efeito, as provas documentais, que devem conter obrigatoriamente a seguinte informação:
 - a) Identificação do concorrente: nome completo, morada, endereço de correio eletrónico e telefone de contacto;
 - b) Declaração datada e assinada pelo concorrente de que a obra apresentada a concurso é original e inédita, e não foi apresentada a nenhum outro concurso com decisão pendente;
 - c) Documento que comprove que o concorrente é cabo-verdiano ou a residente em Cabo Verde há mais de 5 anos.
4. Os documentos que fazem a prova documental devem ser enviados num único ficheiro comprimido.

Artigo 8.º

1. O Júri, em número de três, é composto por acordo entre a INCM e a INCV, um dos quais preside. Os nomes dos membros do Júri, bem como as suas biografias, podem ser consultados nos referidos sítios institucionais da INCM e da INCV.
2. A deliberação do Júri será tomada por unanimidade ou maioria simples, tendo o Presidente do Júri voto de qualidade.
3. O Júri do concurso tem o direito de não escolher nenhuma das propostas apresentadas e das suas decisões não cabe recurso.

Artigo 9.º

1. A decisão do Júri contemplará a designação do trabalho premiado e, caso ocorra, a designação de uma ou mais menções honrosas.
2. A decisão do Júri é divulgada, até 90 dias depois do fecho do período de submissão das candidaturas, nos referidos sítios institucionais da INCM e da INCV.

Artigo 10.º

Todas as informações adicionais deverão ser solicitadas por escrito a: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, através do email premiosliterarios@incm.pt

Artigo 11.º

1. A INCM fica detentora do trabalho premiado, cujo autor cede, a título gratuito, os respetivos direitos de utilização e, conseqüentemente autoriza, em regime de exclusividade, a INCM a publicar em língua portuguesa, divulgar, utilizar, explorar e editar, por conta própria, a referida OBRA, em primeira edição, que terá uma tiragem máxima até 2000 exemplares, bem como a proceder à sua comercialização em todo o mundo.
2. Em caso de reedição da obra referida no número anterior, a INCM pagará ao respetivo autor, a título de direitos autorais uma remuneração correspondente a 10% (dez por cento) sobre o preço de venda ao público, líquido de IVA, dos exemplares efetivamente vendidos.
3. O autor autoriza a INCM a disponibilizar de forma gratuita o PDF da obra no sítio de internet da editora. Esta medida tem como objetivo divulgar e promover o texto da obra por todo o universo da língua portuguesa.

Artigo 12.º

1. O autor premiado deverá aceitar que a INCM execute uma revisão literária dos originais, na qual sejam eliminadas todas as incorreções ortográficas ou gramaticais, e resolvidas as inconsistências com as normas de estilo adotadas para a publicação do Prémio Literário Arnaldo França. O texto será publicado de acordo com a norma ortográfica em vigor em Portugal (AO90).
2. O autor premiado disponibiliza-se a examinar eventuais sugestões, que contribuam para a melhoria e clarificação do texto, que lhe sejam submetidas para apreciação e aprovação.

Artigo 13.º

1. Excetuando as obras que venham a ser consideradas pelo júri para eventual publicação, os originais enviados serão eliminados.
2. Uma vez que a INCM e INCV apoiam ativamente os vencedores do Prémio, publicando e promovendo os seus trabalhos, incentivando a participação dos laureados em feiras literárias e/ou em eventos em livrarias, institutos literários e/ou culturais, não serão aceites candidaturas de concorrentes que já tenham sido distinguidos com o Prémio em edições anteriores deste concurso.
3. A candidatura ao Prémio Literário Arnaldo França implica a aceitação do presente Regulamento.

O original deste regulamento pode ser consultado em www.incm.pt, imprensanacional.pt e em www.incv.cv

